

TRANSFERÊNCIA

Azambuja reconhece possibilidade de erro em repasse do ICMS

Campo Grande alega ter perdido R\$ 149 milhões

DANIELLA ARRUDA E OSVALDO JÚNIOR

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) reconheceu ontem a possibilidade de erro no repasse de receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Campo Grande. O Índice, que determina o valor a ser recebido pela Capital, recuou 15,54% desde 2012, chegando, neste ano, a 21,4061, o menor patamar desde 2002. A queda seria decorrente de cálculos equivocados do Governo estadual na definição do índice, segundo apurado pela prefeitura. Em razão do problema, deixaram de entrar, nos cofres municipais, R\$ 149 milhões de 2013 a 2015.

“É muito estranho, realmente, uma queda tão brusca de ICMS aqui da Capital”, afirmou Azambuja. “No nosso governo, eu posso garantir ao prefeito da Capital que esses critérios [para fixar o índice de rateio do ICMS] serão feitos dentro daquilo que a lei manda e que a legalidade impõe, que é ver a movimentação econômica”, acrescentou.

Entre os itens considerados no cálculo do índice, estão a receita própria, a área municipal e o número de eleitores, que apresentaram crescimento em Campo Grande. Apenas

PIB E ICMS

Comparativos de 2012 a 2015

ANO	PIB DE CAMPO GRANDE	ÍNDICE DO ICMS
2012	R\$ 16,970 BILHÕES	25,3465
2013	R\$ 19,007 BILHÕES	23,5308
2014	R\$ 21,287 BILHÕES	22,2978
2015	R\$ 23,842 BILHÕES	21,4061
	40,49%	-15,54%

Fonte: Prefeitura de Campo Grande e Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz)

o Produto Interno Bruto (PIB) do município majorou-se em 40,49% de 2012 (R\$ 16,97 bilhões) para 2015 (projeção de R\$ 23,842 bilhões), segundo a Secretaria de Planejamento, Finanças e Controle (Seplanfic). No entanto, no mesmo intervalo, o índice do ICMS caiu 15,54%, de

25,3465 para os atuais 21,4061. O histórico do índice completa, neste ano, uma sequência ininterrupta de três reduções, recuando para o menor valor desde 2002, que foi de 20,9761. No entanto, até 2012 (25,3465), o montante aumentara por cinco anos seguidos – em relação a 2007 (21,6052),



GERSON OLIVEIRA/ARQUIVO

CAMPO GRANDE. Administração do município tem sofrido perdas com a redução do índice do ICMS

a alta havia sido de 17,31%. Essa discrepância entre os desempenhos anterior e posterior a 2012, último ano da gestão de Nelsinho Trad (PMDB), levaram a Prefeitura de Campo Grande a questionar os procedimentos de definição do índice do ICMS. A partir de respostas do Governo estadual, a Seplanfic verificou a desconsideração de parte de riquezas geradas na Capital. Em 2013, 308 empresas, com movimentação total de R\$ 7,82 bilhões, tiveram o valor adicionado (que estabelece o PIB da

cidade) igual a zero, não interferindo, portanto, na composição do índice. Outro problema verificado foi a redução indevida do valor adicionado – ainda em 2013, a dedução incorreta referente a 131 empresas teria somado R\$ 630 milhões, segundo a Seplanfic.

AVERIGUAÇÃO

Os possíveis erros apurados pela Prefeitura de Campo Grande deverão ser averiguados pelo Governo estadual. Pelo menos, é o que sinalizou ontem Reinaldo Azambuja.

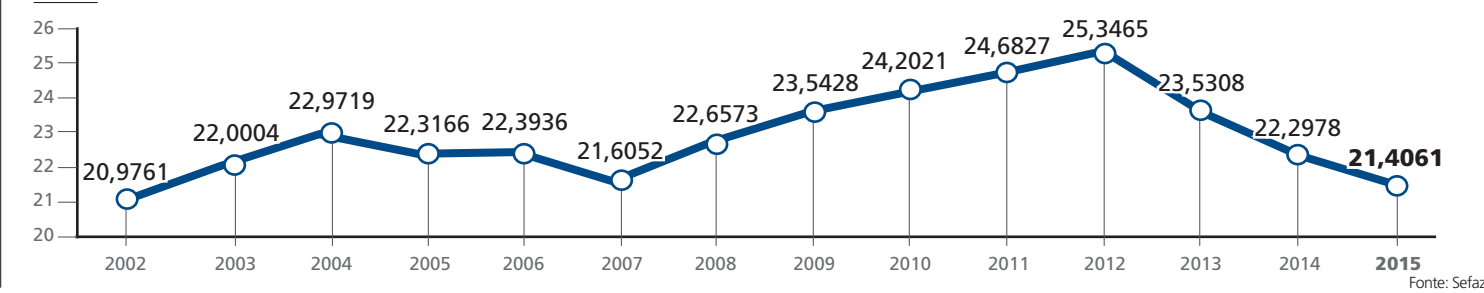
“Esses critérios devem ser com muita transparência para que não parem dúvidas. Como o prefeito [Gilmar Olarte] alega que tiraram dinheiro de Campo Grande na época do ex-governador, a gente não pode deixar essa dúvida”, disse. “Ninguém tem direito de tirar nada de nenhum dos 79 municípios”, completou.

PRAZO

De toda receita do ICMS, o governo deve repassar 25% aos municípios. O rateio obedece a índices, publicados no Diário Oficial do Estado, provisoriamente, em agosto e, definitivamente, em dezembro. Os municípios têm um mês para recorrer em caso de discordância do índice provisório. No ano passado, Campo Grande e outras 11 cidades não recorreram. Em se tratando da Capital, o índice provisório foi de 23,0107, acima do definitivo (21,4061). **(Leia mais na página 13)**

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE ICMS DE CAMPO GRANDE

2002 a 2015



Fonte: Sefaz

ENERGIA

Bandeira tarifária continuará vermelha em maio, diz Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica divulgou a cor da bandeira tarifária para o mês de maio. A cor da bandeira é vermelha, o que significa que os custos da geração continuam os mais altos e isso apresenta um acréscimo de R\$ 5,50 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos para quase todos os consumidores brasileiros – exceto para os estados do Amazonas, Amapá e Roraima.

Pelo sistema de bandeiras, as cores verde, amarela e ver-

melha indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade. Assim, o consumidor poderá identificar qual bandeira do mês e reagir a essa sinalização com o uso consciente da energia elétrica, sem desperdício.

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS – Agepan - orienta os consumidores de energia a ficarem atentos à cor da bandeira indicada mensalmente e a adotar medidas de uso racional.

O QUE CADA COR INDICA

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos;
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos

TRÊS LAGOAS

Eldorado anuncia construção de segunda linha de produção

A Eldorado Brasil anunciou novo passo para a construção de sua segunda linha de produção de celulose, com capacidade produtiva de dois milhões de toneladas por ano, em Três Lagoas. Com o projeto de engenharia básica concluído, a empresa dá início ainda neste mês à terraplenagem do local destinado à construção, vizinho à sua fábrica atual. A previsão é que a segunda linha comece a operar no primeiro semestre de 2018. “Após a conclusão das

obras, teremos, novamente, a maior linha de fabricação de celulose de fibra curta do mundo e também criaremos, em Três Lagoas, o maior complexo industrial do segmento”, afirma o CEO José Carlos Grubisich. “Trata-se de mais um passo decisivo para colocar a Eldorado como líder no setor de celulose, combinando competitividade, inovação e sustentabilidade.”

O processo de tomada de preços junto aos fornecedores de equipamentos e tecno-

logias também se encontra em andamento. Ao todo, serão investidos R\$ 8 bilhões na nova fábrica, 70% vindos de linhas de financiamento e 30% de capital próprio (equity).

Com a efetivação desta segunda linha de produção, a Eldorado dá continuidade a seu plano de negócios, com o objetivo de ser a empresa mais competitiva do setor, contemplando três linhas produtivas em Mato Grosso do Sul, no futuro.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 4 de maio de 2015

CÂMBIO

Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,080	3,082
DÓLAR TURISMO (BB)	3,000	3,180
DÓLAR PARALELO	2,993	3,26

INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	DEZ	JAN	FEV	MAR	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,78	1,24	1,22	1,32	-
IPCA Esp. IBGE (%)	-	-	-	-	-
INPC/IBGE (%)	0,62	1,48	1,16	1,51	-
IGP-M/FGV (%)	0,62	0,76	0,27	0,98	-
IGP-DI/FGV (%)	0,38	0,67	0,53	1,21	-
ICP-Fipe (%)	0,30	1,62	1,22	0,70	-
CLB - Sinduscon (%)	-	-	-	-	-
IPC (C. GDP) (%)	0,44	1,78	-	-	6,88

CUB – Custo Unitário Básico; **ICV** – Índice do Custo de Vida; **INPC** – Índice Nacional de Preço ao Consumidor; **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **Diese** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; **ICVM** – Índice do Custo de Vida da Classe Média da Ordem dos Economistas; **IPCA** – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo; **IGP** – Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas; **IGP-M** – Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas; **Fipe** – Índice de Preços do Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; **INCC** – Índice Nacional do Custo da Construção.

3387-8884 - Sinduscon

PISO RURAL

2015 R\$ 855

POUPANÇA

ABRIL	A	MAIO NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/12)		(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
13/4 = 0,6050		JANEIRO
14/4 = 0,6023		13/4 = 0,6050
15/4 = 0,6266		14/4 = 0,6023
16/4 = 0,6469		15/4 = 0,6266
17/4 = 0,6427		16/4 = 0,6469
18/4 = 0,6409		17/4 = 0,6427
19/4 = 0,6150		18/4 = 0,6409
20/4 = 0,6064		19/4 = 0,6150
21/4 = 0,6018		20/4 = 0,6064
22/4 = 0,6018		21/4 = 0,6018
23/4 = 0,6317		22/4 = 0,6018
24/4 = 0,6111		23/4 = 0,6317
25/4 = 0,6310		24/4 = 0,6111
26/4 = 0,6296		25/4 = 0,6310
27/4 = 0,5430		26/4 = 0,6296
28/4 = 0,5655		27/4 = 0,5430
29/4 = 0,6079		28/4 = 0,5655
30/4 = 0,6079		29/4 = 0,6079
1/5 = 0,6079		30/4 = 0,6079
2/5 = 0,5724		

3/5 = 0,5444	1/5 = 0,6079
4/5 = 0,5444	2/5 = 0,5724
5/5 = 0,5792	3/5 = 0,5444
6/5 = 0,6111	4/5 = 0,5444
7/5 = 0,6097	5/5 = 0,5792
8/5 = 0,6291	6/5 = 0,6111
9/5 = 0,6066	7/5 = 0,6097
10/5 = 0,5713	8/5 = 0,6291
11/5 = 0,5443	9/5 = 0,6066
12/5 = 0,5790	10/5 = 0,5713
13/5 = 0,6121	11/5 = 0,5443
	12/5 = 0,5790
	13/5 = 0,6121

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (Março/15)	20,91
UAM/MS (Março)	3,0339
UFIR (Out 00)	1,0641

ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos	
Acumulado % até julho(*)	até agosto(*)
Índices Trim Quad Sem Anual Trim Quad Sem Anual	
RPE 0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49	
IGP-DI -1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63	
IGP-M -1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,89	
INPC 0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35	

*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 4 de maio de 2015

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	17,00	17,00
Soja (60 kg)	53,00	54,00
Algodão (arroba)	20,00	20,00

Suínos vivos	Mínimo	Máximo
Kg	3,30	3,30

Frango	Mínimo	Máximo
Kg/granja	4,19	4,69

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	141,00	141,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	131,00	131,00

Leite Cao produtor	Mínimo	Máximo
Litro bruto	0,81	0,81

Fontes: Ceasa - www.ceasa.ms.gov.br - conselteleite
Preços ao produtor – Campo Grande, MS (em reais, FOB, IMC/Exclusivo)

INSS

Contribuição à Previdência Social

Fevereiro/2015

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2015.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.399,12	8
De 1.399,13 até 2.331,88	9
De 2.331,89 até 4.663,75	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 13, de 09 de janeiro de 2015.

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
788,00	5*
788,00	11**
788,00 até 4.663,75	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo o que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011

** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.

OURO

Grama - BM&F

BOVESPA

R\$ 116,4

VARIAÇÃO

0,7792%

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2015

R\$ 788

IMPOSTO DE RENDA

Tabela oficial da Receita Federal

Março

Rendimento em (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 1.787,77	Isento	-
de 1.787,78 até 2.679,29	7,5	134,08
de 2.679,30 até 3.572,43	15	335,03
de 3.572,44 até 4.463,81	22,5	602,96
Acima de 4.463,81	27,5	826,15

Obs.: **Deduções:** a) Trabalhador assalariado: 1 - R\$ 179,71 por dependente; 2 - pensão alimentícia paga por acordo judicial ou por escritura pública; 3 - contribuição à Previdência Social; 4 - R\$ 1.787,77 por aposentadoria a quem já completou 65 anos de idade; 5 - contribuições pela previdência e p/ os Fapi pelo contribuinte; b) Camê-leão, as mencionadas nos itens 1 a 3 as despesas escrituradas no livro caixa. Juros da 5ª parcela do IRPF/2014: 3,64%. Vencimento: 29/08.